

A incorporação de trabalhadores temporários na triticultura e a abertura social em comunidades de africanos na América: Porto Alegre, fins do século XVIII

The incorporation of temporary workers in triticulture and the social openness in African communities in America: Porto Alegre, late 18th century

Luciano Costa Gomes*

Resumo: A pesquisa aborda os temas do acesso ao uso da terra e da formação de comunidades negras durante o período escravagista. A população-alvo desta pesquisa são africanos e seus descendentes, forros ou cativos, que viviam em Porto Alegre, em fins do século XVIII. A documentação consiste em registros de batismo, inventários *post-mortem* e róis de confessados. A metodologia empregada é da pesquisa nominal em diferentes documentos e a identificação de indivíduos e seus vínculos sociais. A hipótese defendida é a de que a incorporação de trabalhadores libertos, na lavoura do trigo, oportunizou a aproximação entre africanos libertos e cativos. Tal fato permitiu a constituição de uma comunidade africana caracterizada por relativa abertura social.

Palavras-chave: Libertos. Escravidão. Micro-história.

Abstract: The research deals with the themes of access to land use and the

formation of black communities during the slavery period. The target population of this research are Africans and their descendants, freedman or captives, who lived in Porto Alegre in the late eighteenth century. The documentation consists of baptismal records, *post-mortem* inventories and *róis de confessados*. The methodology used is the nominal research in different documents and the identification of individuals and their social ties. The hypothesis defended is that the incorporation of freedmen workers in the wheat field provided an opportunity for the rapprochement between African freedmen and captives. This enabled the constitution of an African community characterized by relative social openness.

Keywords: Freedmen. Slavery. Micro-history.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de História no Ensino Básico na Smed – Porto Alegre. Contato: prof.lucianocg@gmail.com

Introdução

Em Porto Alegre, assim como em outras freguesias do Rio Grande de São Pedro, em fins do século XVIII, a economia rural girava em torno da cultura do trigo e da criação de pequenos rebanhos de animais. As pequenas e médias unidades produtivas familiares conjugavam o trabalho familiar ao escravo. O objetivo desta pesquisa é verificar como a incorporação de trabalhadores temporários em épocas de maior demanda de mão-de-obra pode ter se tornado um fator pertinente à formação comunitária de africanos e seus descendentes.

Este artigo divide-se nas seguintes etapas: iniciamos pela discussão do conceito de comunidade e do tema da incorporação de trabalhadores livres em economias tricultoras da América. No segundo tópico, elaboramos a hipótese de que pretos forros estavam a trabalhar na área rural de Porto Alegre como trabalhadores temporários ou arrendatários para, em seguida, testá-la empiricamente. Ao finalizar, comparamos os dados obtidos com o sistema de mão-de-obra presente nos trigais do Rio da Prata e no Norte da América para pensar como as condições de organização do trabalho permitiram a criação de um ambiente comunitário que atravessava hierarquias sociais.

Nosso argumento é o de que indivíduos e famílias de libertos sem-terras participavam do trabalho junto às lavouras de trigo, em alguns períodos do ano. Esse acerto econômico regular teve como resultado não planejado a efetivação de um processo de geração de oportunidades de aproximação entre trabalhadores e trabalhadores libertos e escravizados. Defendemos, nesse sentido, a existência de um fator de configuração de uma comunidade africana surgida no extremo Sul da América portuguesa.

Nesta pesquisa, a documentação consultada é formada por róis de confessados, inventários e livros de batismo. Os róis de confessados eram alistamentos dos fregueses realizados pelos párocos no período da quaresma. Esse documento informa-nos sobre a composição dos domicílios e sua localização. Os róis, junto aos livros de batismo, são documentos de origem eclesiástica. Os inventários eram abertos pelo juiz de órfãos e ausentes ou o de cível e crime, servidores da Câmara de Vereadores, quando o falecimento de um morador exigia a divisão do patrimônio entre herdeiros ou o pagamento de dívidas.

Inspirados na micro-história, partimos do princípio de que os seres humanos são capazes de tomar decisões racionais, sendo sua racionalidade limitada por uma série de fatores, como o nível de acesso à educação e à informação ou a disponibilidade de recursos econômicos, por exemplo. Ainda que dependente de um mundo já constituído, a ação humana participa – em maior ou menor medida – da constituição do mundo porvir. Para selecionar e organizar as informações, empregaremos o método da pesquisa por nomes, pois essa permite elencar os dados sobre um indivíduo em diferentes momentos de sua vida e, assim, fazer conhecer várias facetas de suas experiências e entender suas respostas aos desafios da vida (LEVI, 2000; FRAGOSO, 2014).

Comunidades de africanos e descendentes nas Américas: problema de pesquisa

Um dos problemas elementares, na história social relativa à vida de africanos e seus descendentes na América, é o de entender como as estruturas sociais mais amplas condicionaram sua vida, de como eles agiram para aproveitar oportunidades porventura surgidas e como suas ações modificaram tais estruturas (ANDREWS, 2014, p. 34). Nesta pesquisa, analisaremos como indivíduos africanos e seus descendentes valeram-se das condições específicas do sistema de trabalho para manipular e ampliar seus vínculos sociais. Para abordar esse problema, o conceito de comunidade revela-se útil.

Comunidade, em história social do passado escravista, é um termo frequentemente utilizado sem que se apresente uma definição mais precisa, o que se deve à dificuldade de levantar documentação sobre tal parcela da população. Para o pesquisador, não é tarefa fácil encontrar, conjuntamente, dados de caráter qualitativo e quantitativo para o mesmo grupo de pessoas, objetivo esse que demanda tempo, trabalho e bastante sorte. Ao dispormos de informações compulsadas em documentos de diferentes arquivos e fundos para um período de, aproximadamente, vinte anos da história de Porto Alegre, tornou-se possível instrumentalizar a noção de comunidade.

Nesse sentido, definiremos *comunidade* a partir da proposta de Barry Wellman e Charles Wetherell (1996), para os quais a comunidade é formada por indivíduos que estão relacionados através de laços criados pela oferta e

recebimento de recursos de variada natureza, laços esses que têm direção e duração temporal. Em termos metodológicos, este conceito torna necessário identificar, empiricamente, os indivíduos e seus vínculos, estar atento às temporalidades, reconhecer materialmente os contextos de vida, bem como questionar o significado das relações estabelecidas. Um conceito complementar e útil será o de *rotina*, proposto por Anthony Giddens (2009), segundo o qual as práticas cotidianas, corriqueiras, constituem-se como criadoras de primeira ordem dos processos de conformação das estruturas sociais.

Muitos eram os empecilhos para a formação de grupos de convívio e solidariedade entre africanos e seus descendentes sob o escravismo euro-americano: épocas de crescimento econômico e intensificação da exploração; a diversidade de proveniência dos indivíduos; as barreiras culturais e linguísticas; a presença desproporcional de homens comparada à de mulheres; e a situação de miséria imposta por senhores. Apesar desses fatores, as historiadoras e os historiadores conseguiram demonstrar que grupos de convívio e, mesmo, comunidades, formaram-se a partir de variados tipos de laços. A família, o compadrio, o compartilhamento de crenças religiosas ou linguísticas tornaram-se elementos fundamentais para a adaptação no Novo Mundo. O pertencimento a instituições ligadas ao serviço do monarca ou da Igreja e o exercício de ocupações artesanais ou comerciais demarcaram meios para ascensão social de indivíduos e famílias negras. As relações de convívio vicinal poderiam se tornar o contexto no qual surgiam outras relações, como amizade, casamento ou compadrio (LEE, 1986; SCHWARTZ, 1988; MATTOS, 1995; SLENES, 1999; BRÜGGER, 2010; SIRTORI; GIL, 2011; WALSH, 2011; ANDREWS, 2014; FARINATTI; MATHEUS, 2017).

O mundo social de africanos e de seus descendentes escravizados na América poderia se ampliar para além das fronteiras de domínio senhorial, das hierarquias sociais e das divisões étnicas e ligar cativos, libertos e livres de cor, fossem eles africanos, crioulos, e mestiços em um ambiente comunitário. Não é preciso enfatizar o quão frágeis tais relacionamentos poderiam se tornar, nem o quanto homens e mulheres poderiam dispendir de energia para mantê-los, mesmo enfrentando violência, distâncias e privações impostas pelos caprichos de senhores, modificações da dinâmica econômica ou por decisões de autoridades (LEE, 1986; MATTOS, 1995; SLENES, 1999).

Incorporação de trabalhadores livres na triticultura: outro problema de pesquisa

A produção e a exportação de trigo permitiram aos lavradores do Rio Grande de São Pedro, entre as décadas de 1770 e 1820, a aquisição de cativos (OSÓRIO, 2007). Em 1800, todas as freguesias, onde havia o predomínio da agricultura como atividade econômica, apresentavam mais de 30% de sua população composta por cativos (GOMES, 2018). Além do trabalho dos próprios cativos, é plausível supor que os lavradores de Porto Alegre incorporassem jornaleiros livres nos períodos de pico de trabalho.

A produção e o escoamento do trigo geravam ampla gama de atividades e apresentavam uma maior demanda de trabalhadores em períodos específicos. Na região do *Chesapeake*, Sudeste dos Estados Unidos, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, a triticultura se desenvolveu em detrimento da produção de tabaco, em um modelo amplamente amparado pelo trabalho escravo. A produção de trigo exigiu mão-de-obra numerosa, móvel e habilitada, pois envolvia a necessidade de cuidar dos bois que carregavam os arados, um maior esforço físico despendido durante a colheita e a execução das tarefas de armazenar grãos, moê-los e enviá-los aos mercados consumidores. Uma série de outras atividades não rurais se desenvolveu, como: tanoarias, forjas, curtumes e moinhos, enquanto aumentaram as pessoas que conduziam barcos e vagões. Boa parte desse trabalho era executado por cativos, os quais, muitas vezes, precisavam se deslocar das propriedades onde habitavam quando, por exemplo, eram alugados por outros senhores (BERLIN, 2006, p. 140 ss; WALSH, 2011).

Na região da bacia do Prata, o trigo era produzido em abundância desde o século XVIII por unidades produtivas de diferentes tamanhos. O ciclo do trigo criava altas demandas de trabalho nos meses de maio e junho, quando se arava e semeava a terra, e, em janeiro e fevereiro, quando da colheita e da debulha do cereal. Nesses períodos, ocorria uma maior dificuldade para contratar peões tanto para a pecuária quanto para a colheita do trigo nas grandes estâncias, pois muitos desses peões eram pequenos produtores que precisavam se dedicar ao cuidado de suas próprias lavouras. Nesse sentido, a presença de cativos nas grandes fazendas era fundamental para garantir a continuidade dos trabalhos quando escasseava a disponibilidade

de trabalho assalariado. Os cativos representavam, portanto, o núcleo de mão-de-obra, complementado pela incorporação sazonal de trabalhadores livres (GELMAN, 1990).

No Rio Grande de São Pedro, o trabalho de aragem da terra, o plantio de trigo e cercamento ou abertura de fossas no entorno das lavouras eram realizados próximos a junho, enquanto a colheita iniciava em dezembro. Como a região se caracterizava pela policultura e a associação entre agricultura e pecuária, outras atividades desenvolviam-se ao longo do ano, como o plantio de mandioca, milho e feijão, a produção da farinha de mandioca, o cultivo de árvores frutíferas e o cuidado dos rebanhos, inclusive, nas menores unidades produtivas. Portanto, em linhas gerais, havia uma demanda constante de trabalho, com picos no mês de dezembro e próximos a junho (OSÓRIO, 2007).

Para o caso da triticultura escravista da América do Norte e para as unidades produtivas mistas do Prata, está bem-demonstrada a prática de incorporar trabalhadores temporários (jornaleiros, peões) para dar conta do trabalho extra. Para o caso do Rio Grande do Sul, há poucas pesquisas que abordam o tema da contratação de peões no contexto da pecuária (OSÓRIO, 2008; FARINATTI, 2010), mas não conhecemos nenhuma para o contexto da triticultura. Se a falta de informações estimula lidar com um tema que é de difícil abordagem para a história regional, os casos estadunidense e platino justificam a suposição de ter ocorrido a incorporação de trabalhadores livres ou libertos nos trigais de Porto Alegre.

A incorporação de trabalhadores temporários e o processo de geração de oportunidades de aproximação social: fatores de configuração de uma comunidade

A fundação da Freguesia de Porto Alegre ocorreu em 1772, quando foram delineadas suas primeiras ruas e se distribuíram datas de terras a cerca de cinquenta casais açorianos. Porto Alegre recebeu a Câmara de Vereadores e outras instituições reais, como a Provedoria da Fazenda. Rodeada de pequenas e médias propriedades rurais, a localidade tornara-se o centro da vida política regional e um eixo que ligava o interior da Capitania ao Atlântico

e aos caminhos terrestres que se destinavam ao Sudeste da América portuguesa (COMISSOLI, 2008; GOMES, 2012; FREITAS, 2017).

Em menos de dez anos de existência, a população de Porto Alegre passou a ser formada por uma parcela significativa de pessoas escravizadas, as quais conformavam cerca de um terço da população no início da década de 1780 do século XVIII. Em 1782, dois terços das pessoas escravizadas residiam na região urbanizada e, o restante, na rural. Em ambas as regiões, os cativos formavam um terço dos fregueses. Cerca de metade dos domicílios apresentava cativos. A escravidão, portanto, marcou, de forma decisiva, a formação daquela que já foi chamada de “Jóia dos Casais” açorianos (GOMES, 2012).

Os registros de batismo permitiram constatar o predomínio de africanos entre os cativos de Porto Alegre. Os portos ou nações de origem mais comum eram Angola, Benguela e Congo, designações relativas ao centro-oeste africano (GOMES, 2012). Do mesmo modo, se a maioria dos cativos que conseguiam a liberdade era de africanos, os oriundos do centro-oeste predominavam (SCHANTZ, 2009). Tais resultados concordam com os valores relativos à procedência dos escravos traficados do porto fluminense ao Rio Grande de São Pedro, no mesmo período (BERUTE, 2006).

Em virtude da maior dimensão das posses escravistas rurais, foram mais comuns, nessa região, tanto a formação de famílias nucleares compostas conjuntamente por pai e mãe como foi maior a frequência de nascimento de crianças. Entre 1772 e 1785, para o conjunto da paróquia, os cativos predominaram entre os padrinhos e madrinhas de filhos de pessoas escravizadas. Particularmente na área rural, foi frequente a escolha de cativos da vizinhança para o batismo dos filhos. Ao se considerar o predomínio de africanos no seio da população escravizada, em sua maioria oriunda do centro-oeste do continente, a formação de famílias e seu inter-relacionamento, por meio do compadrio, permite afirmar que se constituiu uma comunidade de matriz centro-africana na paróquia (GOMES, 2012; GOMES, 2015).

Na área urbana de Porto Alegre, havia indivíduos e famílias negras a trabalhar nas décadas finais do século XVIII, particularmente na oferta de serviços e no pequeno comércio, sendo que a solidariedade representava um elemento fundamental para a sobrevivência de muitos (SCHANTZ, 2009; FREITAS, 2017; GOMES, 2017). Havia mulheres pretas ou pardas forras com estabilidade econômica e social suficiente para conseguirem a

concessão, oferecida pela Câmara de Vereadores, de criar crianças expostas, trabalho pelo qual recebiam um ordenado. Elas representavam quase 10% de todas as receptoras mulheres (SILVA, 2014).

Indivíduos e famílias negras libertas tornaram-se produtores rurais na região graças a uma conjugação de estratégias sociais. No primeiro terço do século XIX, Gabriel Aladrén (2008) demonstrou como pretos e pardos forros dependeram da criação de laços horizontais e de subordinação para obter o acesso ao uso ou à posse da terra. Em pesquisa relativa à população de libertos, em fins do século XVIII (GOMES, 2017), foram encontrados quatro forros entre 74 chefes de domicílio possuidores de terras. Três deles compraram terras e cativos, o que demonstra a oportunidade de acumular pecúlio por meio do trabalho individual ou familiar e de empregar os recursos oferecidos pelo regime escravista ao próprio favor.¹ Todos foram classificados como pretos, o que pode ser considerado, conforme Silvia Lara (2007), um indício seguro de serem africanos.

Se havia forros proprietários de terras, será que não havia famílias negras libertas ou livres que conseguiram acesso ao uso da terra por meio de arrendamento ou de acordos de trabalho com lavradores? Se o conseguiram, como se relacionavam com os muitos cativos que viviam na área rural da freguesia? Nossa hipótese é a de que a demanda por mão-de-obra sazonal permitiu a participação de trabalhadores forros ou negros livres na faina do trigo, junto com trabalhadores escravizados. A rotina de trabalho nos trigais – isto é, sua reiteração ao longo do tempo – tornou-se um fator condicionador da constituição de comunidade afro-americana local.

Para comprovar nossa hipótese, seguiremos três passos: primeiro, demonstraremos a existência de um caso seguro de participação de forros sem-terras em atividades rurais; segundo, construiremos e testaremos a hipótese relativa ao acesso ao uso da terra ou de trabalho temporário nas lavouras por parte de famílias forras; terceiro, abordaremos como a incorporação de trabalho livre, nos trigais, pode ter criado condições para o estabelecimento de laços sociais entre libertos e pessoas escravizadas.

O primeiro passo do nosso trabalho foi o de encontrar registros de pretos ou pardos não proprietários de terras que se dedicassem ao trabalho no meio rural. A pesquisa de Ana Paula Schanz (2009) revelou-nos o caso de Catarina Duarte, uma preta forra casada com o pardo Teodósio Pires e que

teve seu inventário aberto em 1780, quando de sua morte.² O documento demonstra o envolvimento do casal no comércio urbano de alimentos, bem como sua atuação em atividades rurais, pois o casal possuía nove juntas de bois. Para reforçar semelhante constatação, é necessário evidenciar a amplitude social da atuação econômica do casal, o que é possível graças ao conjunto das dívidas da falecida.

O casal devia para cinco comerciantes locais. Além de dívidas referentes à compra de fazendas, restava ao casal liquidar o pagamento relativo à compra de dois cativos. Interessa observar que dois dos comerciantes relacionados eram agentes camarários, figuras de prestígio na freguesia (COMISSOLI, 2008).

Catarina e Teodósio possuíam dívidas com lavradores locais, como Mateus Inácio de Oliveira, senhor de três escravos adultos. Há o registro do nome grafado como “Antônio M.iz”, que, provavelmente, é Antônio Muniz Leite, um rico senhor de dez cativos e duas datas de terras. Por fim, deviam ao preto forro Garcia de Souza, lavrador remediado e senhor de alguns cativos. O casal formado por Catarina e Teodósio possuía segura vinculação com o setor agrícola da localidade. Podemos supor que obtinham empréstimos, compravam grãos e outros alimentos ou arrendassem terras.

Há referências a setores subalternos da localidade, indivíduos qualificados apenas com o nome e mais algum qualitativo. Havia pequenas dívidas para com Isabel preta, Antônio preto e Manuel preto forro. Não há certeza se os primeiros eram libertos, mas, provavelmente, todos eram africanos por serem qualificados de pretos (LARA, 2007). Do referido Manuel, foram adquiridas madeiras para o quintal. Aparecem outros nomes associados a moradias precárias: “Caetano da tapera” e “André, morador da varge”.

As dívidas para com elementos subalternos, pretos e/ou pobres, podem indicar que o casal obteve produtos ou serviços especializados sem pagamento imediato ou contratou a mão-de-obra para atividades temporárias. Outro preto forro, registrado nas dívidas passivas, é Garcia de Souza, um produtor rural remediado e pequeno escravista. Pode-se vislumbrar, portanto, uma rede de trabalho, prestação de serviços ou comércio envolvendo pretos libertos em Porto Alegre. Essas relações que poderiam ser marcadas por relativo equilíbrio ou, mesmo, por algum nível de subordinação.

Conclui-se que o casal Catarina e Teodósio possuía crédito na praça. O número elevado de dívidas para com comerciantes e produtores rurais indica a confiança depositada por pessoas brancas e proprietárias (GIL, 2009). Por outro lado, eles eram capazes de obter bens, serviços ou trabalho de pretos provavelmente libertos. O capital social do casal materializava-se, pois, com a obtenção de diferentes tipos de bens e serviços prestados sem pagamento imediato. Torna-se evidenciado o espaço social relativamente ampliado pelo qual o casal circulava, pois tinha contato tanto com a elite como com libertos e pobres. Indica, também, sua capacidade de se deslocar das atividades urbanas às rurais. Não é desnecessário observar que o casal possuía recursos econômicos e sociais e poderia, sim, ser visto como protetor por membros de diferentes segmentos sociais.

Se há segurança em afirmar que ao menos um casal de forros não proprietários de terras conseguiu acesso ao uso da terra, passamos para o segundo passo da pesquisa, que é verificar se houve outros casos semelhantes. Como as práticas de agregar-se a terceiros, arrendar terras ou fechar acordos de trabalho constituíam-se a partir de relações pessoais informais, pois, apenas em algumas circunstâncias, tornavam-se alvo de registro. Portanto, ao se elencar o estudo de relações intermediadas de acesso à terra por parte de libertos, aborda-se um tema de difícil observação no século XVIII e que exige o emprego de meios indiretos de pesquisa. No esforço de verificar se Catarina e Teodósio possuíam terras para agricultura, o que não se confirmou, encontramos um caminho metodológico para encontrar outros pretos forros não proprietários fundiários na área rural.

Ao falecer, Catarina Duarte possuía um rebanho de 18 bois, indicação segura da prática de agricultura. Não há referência à posse de terras, apenas a de uma morada de casas, o que, pela presença do rebanho, fez Ana Paula Schantz (2009) supor que fosse uma propriedade rural. No entanto, a existência de registro na Fazenda Real de uma concessão de data de chão para casas na Rua da Bragança em nome de Teodósio Pires (AHRs, 1995, p. 297) parece confirmar que o casal não possuía propriedade fundiária. Para encerrar a questão com segurança, efetuamos uma pesquisa nos *róis de confessados*. Como os registros de domicílio estavam distribuídos por ruas e regiões, é possível identificar se as famílias se encontravam na área urbanizada ou na rural (GOMES, 2012).

O nome de Teodósio Pires – como homem cabeça de família – foi procurado nos *róis de confessados* dos anos de 1779 a 1782.³ No de 1782, a maioria dos domicílios chefiados por forros (19 de 22) encontra-se no espaço reservado à área urbana, dentre eles o do então recém-viúvo Teodósio. Em 1780, a situação é semelhante. No entanto, em 1781, Teodósio aparece em uma das últimas descrições de domicílio do rol, localizado no espaço reservado à área rural. Nessa situação, ele e outros domicílios, chefiados por pretos forros ou livres com famílias pequenas, encontram-se intercalados entre as descrições dos domicílios de lavradores escravistas.⁴

Ao considerar que a proximidade dos registros indica proximidade espacial das famílias (GOMES, 2012), classificaremos como *vizinhos* os chefes de família que se encontravam entre os registros de domicílios de números 245 e 265 do *rol de confessados* de 1781. Dentre os 19 domicílios em questão, identificamos nove lavradores escravistas. Vizinhos aos domicílios desses, encontram-se um arranchado e nove famílias não proprietárias fundiárias. Dessas, quatro eram chefiadas por forros. Vejamos quem são.

Lucas Ferreira Veloso, com esposa e filho, possuía um cativo, enquanto Teodósio Pires – viúvo de Catarina Duarte – possuía dois. Caetana de Sena estava acompanhada por seu filho e havia o registro de que seu esposo, escravo do provedor da Fazenda Real, encontrava-se ausente. Por fim, o forro Manuel José não possuía cativos. Essa rápida descrição indica a capacidade de acúmulo de recursos por parte das duas primeiras famílias, enquanto a terceira era chefiada por um dos cativos de uma das figuras mais poderosas do cenário político-regional. O último núcleo era, provavelmente, o mais despossuído de recursos se comparado aos demais.

Uma informação a considerar é o fato de que o *rol* foi concluído no dia 5 de junho, época na qual deviam se efetuar os trabalhos de aragem da terra, de plantio e de proteção das lavouras com cercas ou fossas. Ao se observar, além disso, que os domicílios *vizinhos* foram os últimos registrados, e que os domicílios de forros não proprietários encontravam-se contíguos aos de lavradores proprietários fundiários, lançamos a seguinte hipótese: as famílias de forros foram abordadas pelo pároco que elaborava o rol no momento de pico da faina do trigo. A hipótese é plausível ao considerarmos as formas de incorporação temporária de trabalhadores livres nas lavouras de *Chesapeake* e do Rio da Prata, como vimos (BERLIN, 2006; GELMAN, 1990).

Se as famílias de forros estavam a trabalhar nas terras de lavradores e considerando a possibilidade de que tais acordos laborais se repetissem ao longo dos anos, é possível que se tenha estabelecido um processo inesperado de geração de oportunidades de aproximação social entre os libertos sem-terra e os cativos dos lavradores. Tal hipótese é reforçada pelo fato de serem eles, em sua maioria, oriundos do centro-oeste africano, como mencionamos anteriormente. A origem em comum facilitaria, mas não necessariamente, a ocorrência de compartilhamento de visões de mundo e de proximidade linguística (SLENES, 1999).

Como última etapa da pesquisa, testaremos as hipóteses precedentes. É necessário, para isso, encontrar registros empíricos de vínculos entre os *vizinhos* listados no *rol* de 1781. Semelhante pesquisa foi realizada nos livros de batismos de Porto Alegre e Viamão, nos quais procuramos os nomes dos agentes sociais envolvidos. Há um laço sagrado registrado nessa documentação: o compadrio.

O compadrio, ao lado do apadrinhamento, é uma vinculação espiritual nascida no ato do batismo e que possuía suma importância nas sociedades ibero-americanas. O compadrio é aqui entendido como uma relação religiosa que é precedida por um histórico de relações sociais ou econômicas entre pais e padrinhos. Ao ser efetivado, o compadrio é capaz de reforçar ou transformar tais vinculações pretéritas, de natureza horizontal ou vertical. Logo, o compadrio é entendido como indicativo de uma relação social diferenciada ou de uma relação assemelhada ao parentesco (GUDEMAN, 1975; ALFANI, 2008; HAMEISTER, 2006; FRAGOSO, 2014; MARQUES, 2018).

A pesquisa revelou existirem laços de compadrio entre, pelo menos, uma das famílias de lavradores com os pretos forros *vizinhos*. Apesar de não ser um dos *vizinhos*, o nome do casal Garcia de Souza e Luzia da Conceição, pretos forros lavradores e proprietários de cativos, foi inserido na pesquisa devido ao intenso relacionamento que manteve com os *vizinhos*. Dito isso, verificamos a existência de três composições de relacionamento, conforme apresentaremos nos próximos parágrafos.

Em primeiro lugar, verificaram-se relações de compadrio entre uma cativa de lavrador escravista junto aos casais de forros não proprietários. Francisca, escrava de Manuel Fernandes, o maior proprietário dentre os *vizinhos*, escolheu como padrinhos e madrinhas de três de seus filhos Catarina

Duarte e seu esposo Teodósio, em 1774, bem como o casal Lucas Ferreira (ou Fernandes) e sua esposa Josefa Maria em 1777. Acrescente-se a escolha de Antônio de Sá e Maria de Souza, respectivamente, genro e filha dos lavradores pretos Garcia de Souza e Maria da Conceição (em 1785).⁵ Portanto, está comprovada a relação de um membro do espaço doméstico do lavrador Manuel Fernandes com famílias de forros *vizinhas*. Os rituais de batismo foram efetuados no período de uma década, o que reforça a hipótese de que forros sem-terra, frequentemente, trabalhassem nas lavouras de trigo e tivessem como rotineira a aproximação junto aos cativos dos lavradores.

Em segundo lugar, verificaram-se relações de compadrio entre as famílias de forros *vizinhas*. O casal Lucas Ferreira e Josefa Maria, além de serem compadres da cativa Francisca, como visto no parágrafo anterior, também escolheram Catarina Duarte e Teodósio Pires como padrinhos, o último em um ritual realizado em 1774, e a primeira, em 1776. A *vizinha* forra Catarina de Sena e seu esposo Manuel, escravo do provedor da Fazenda Real, escolheram Catarina Duarte e Garcia de Souza como madrinha e padrinho de sua filha, no ano de 1771.⁶ Portanto, as famílias de forros *vizinhas* fortaleceram vínculos entre si por meio do ritual do batismo.

Como o conjunto das relações de compadrio também inclui a vinculação espiritual entre padrinho e madrinha (GUEDEMAN, 1975), evidencia-se uma forte aproximação entre Catarina Duarte e Garcia de Souza, pois a primeira não apenas devia uma quantia ao segundo (como está informado no inventário de Catarina), como esteve por ele acompanhada na pia batismal. Ambos eram bem-destacados nessa comunidade, o que ajuda a entender o fato de terem sido escolhidos como padrinhos dos filhos de cativos do provedor e de um dos mais afortunados lavradores da paróquia.

Em terceiro lugar, e por fim, é preciso considerar as relações indiretas verificadas entre um lavrador escravista com uma das famílias de forros *vizinhas*. O rico lavrador Manuel Fernandes e o casal Catarina Duarte e Teodósio Pires viram-se vinculados devido ao apadrinhamento do filho da escrava do lavrador. A escolha dos compadres pela cativa Francisca, seguramente, precisou passar pelo aval de seu senhor. Além disso, o inventário de Catarina Duarte informa uma dívida para com Antônio Joaquim de Aguiar, o qual descobrimos ser compadre de Manuel Fernandes. Portanto, há ligações indiretas a evidenciar o compartilhamento do espaço social

entre o lavrador escravista e a preta forra.

Conclui-se que à situação de vizinhança entre pretos forros e lavradores escravistas na área rural de Porto Alegre, indicado pelo *rol de 1781*, agregavam-se relações de compadrio e de dívida que vinculavam famílias de forros sem-terra entre si e desses com cativos pertencentes a um dos mais afortunados lavradores da localidade. Os registros compreendem um período de 15 anos, entre 1771 e 1785. Portanto, havia uma rotina de trabalho e convívio entre as famílias constituídas por libertos sem-terras e escravos, em sua maioria africanos, bem como seus filhos e filhas nascidos na América.

Apesar de tratarmos de um caso específico, envolvendo um número limitado de famílias, fica comprovada a possibilidade de aproximação entre cativos e libertos em virtude do sistema de incorporação temporária de trabalhadores na triticultura. É de se esperar que situações semelhantes tenham ocorrido outras tantas vezes, sem deixar registro, em diferentes períodos ou locais, e que esse processo gerador de possibilidades de aproximação social tenha se constituído um fator pertinente à configuração das comunidades africanas surgidas no período.

Arregimentação de mão-de-obra, rotina de trabalho e a formação de comunidades africanas nos trigais das Américas

O debate sobre a organização do trabalho na lavoura é útil para contextualizar os dados levantados nesta pesquisa. A economia triticultora demandava uma quantidade maior de trabalhadores em alguns períodos do ano, enquanto outras atividades e o cuidado com os rebanhos mantinham uma demanda mais estável. Nas pequenas e médias unidades agrícolas platinas e de *Chesapeake*, os trabalhadores cativos labutavam junto com trabalhadores livres. Em *Chesapeake*, com o predomínio das grandes plantações, a forma básica de organização do trabalho era o chamado *gang system*, no qual muitos escravos trabalhavam em conjunto sob a supervisão de capatazes brancos (WALSH, 2011). Em todas essas situações, os picos de trabalho eram enfrentados com o aluguel de outros cativos ou com a contratação de jornaleiros. Portanto, a lavoura de trigo oportunizou aos cativos formas de socialização não restritas ao espaço da *plantation* (BERLIN, 2006).

No setor pecuário do Rio Grande de São Pedro, durante os períodos colonial e imperial, peões eram contratados para atender às demandas da criação de reses. Esses peões poderiam ser chefes de família que possuíam seus próprios animais, acesso a terras e, até mesmo, cativos. Ou poderiam ser jovens, filhos de pequenos produtores, empregando-se temporariamente, em terras de terceiros, para juntar algum patrimônio ou ajudar em casa (OSÓRIO, 2008; FARINATTI, 2010). A especificidade do caso encontrado em Porto Alegre foi a presença de famílias inteiras de não proprietários de terras. As mulheres empregavam-se também na faina agrícola. Reforça essa definição de um perfil marcado por forte engajamento feminino o fato de que a preta forra Catarina de Sena não contava com a companhia do marido, que se encontrava ausente.

É bem provável que a maioria dos forros estivesse a trabalhar por meio de acertos temporários com os lavradores. No entanto, devido à posse de seis juntas de bois, é possível que Teodósio Pires e Catarina Duarte fossem capazes não só de arrendar terras para cultivar o próprio trigo, como também contratar mão-de-obra de outros pretos forros para ajudar a conduzir seus animais.

Conclusão

A produção de trigo no Sul da América portuguesa, parece ter criado oportunidades periódicas de trabalho na área rural, ao longo de muitos anos, para famílias despossuídas de terras. Tendo em vista a falta de braços nos momentos mais intensos de labor, o rendimento do trabalho nas lavouras poderia ser suficiente para recompensar o abandono temporário das atividades na área urbana de Porto Alegre, às quais muitos libertos se dedicavam (SCHANZ, 2009; GOMES, 2017). Podemos supor que tais famílias de libertos sem-terras desenvolveram vinculações constantes com lavradores das localidades, o que ajudaria a explicar o crédito do casal Teodósio e Catarina Duarte obtido de três produtores locais. Ao trabalharem lado a lado com os cativos das propriedades locais por anos seguidos, estabeleceram relações rotineiras, duradouras, algumas das quais foram ritualizadas quando do batismo de crianças recém-nascidas. Por esse expediente, o contato entre africanos escravizados e libertos possibilitou

a abertura de comunidades formadas sob o cativeiro rural e permitiu a incorporação de agentes sociais externos ao domicílio senhorial, capazes de ofertar ajuda e maior segurança aos compadres e afilhados cativos.

Referências

- AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1995. v. II.
- ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2008.
- ALFANI, Guido. La Iglesia y el padrinazgo: ¿una institución social rebelde? (Italia, España y Europa desde el siglo V hasta la actualidad). *Revista de Demografía Histórica*, v. XXVI, n. I, p. 87-124, 2008.
- ANDREWS, George. *América Afro-Latina: 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- BERLIN, Ira. *Gerações do cativo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790 – c.1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre: 2006.
- BRÜGGER, Silvia. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 313-347.
- COMISSOLI, Adriano. *Os homens bons e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.
- FARINATTI, Luís Augusto; MATHEUS, Marcelo Santos. A história de João Potro: trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no Sul do Brasil (1820-1855). *Varia*, v. 33, n. 63, p.707-743, 2017.
- FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João et al. (org.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- FREITAS, Denize. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- GELMAN, Jorge. Sobre escravos, peones gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores en una estancia colonial rioplatense. In: SANTAMARIA, Daniel et al. (org.). *Estructuras sociales y mentalidades en América Latina. Siglos XVII y XVIII*. Buenos Aires: Fundación Simon Rodríguez:

Editorial Biblos, 1990. p. 241-279.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: WMF: Martins Fontes, 2009.

GIL, Tiago. *Coisas do caminho*: tropeiros e seus negócios de Viamão a Sorocaba (1780-1810). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

GOMES, Luciano. *Uma cidade negra*: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre: 1772-1802. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2012.

GOMES, Luciano. Parentelas de escravos em Porto Alegre, últimas décadas do século XVIII. In: *Anais do VII ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 7., 2015, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: UFRGS, UFSC, UFPR, 2015.

GOMES, Luciano. As forras e a luta pela autonomia na América portuguesa: produção agrícola e pequeno comércio urbano em Porto Alegre, décadas finais do século XVIII. In: MARQUES, Rachel et al. (org.). *Tecendo suas vidas*: as mulheres na América portuguesa. São Leopoldo: Casa Leira, 2017. p. 185-206.

GOMES, Luciano. *Camponeses e pequenos escravistas*: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII. 2018. Tese (Doutorado em História)

– UFRGS, Porto Alegre, 2018.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual relationships and selecting a godparent. *Man*, New Series, v. 1, 10, n. 2, p. 221-237, jun. 1975.

HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação*: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). 2006. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira*: família, sociedade e poder no Sul da América portuguesa – século XVIII. 2006. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2006.

LARA, Silvia. *Fragmentos setecentistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEE, Jean Butenhoff. The problem of the slave community in the Eighteenth-Century Chesapeake. *The William and Mary Quarterly*, v. 43, n. 3, p. 333-361, 1986.

MARQUES, Rachel. *Para além dos extremos*. Porto Alegre: Anpuh-RS; São Leopoldo: Oikos, 2018.

MATTOS, Hebe. *As cores do silêncio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (org.). *Projeto resgate de fontes paroquiais*: Porto Alegre e Viamão (século XVIII) – Batismos e Óbitos. Porto Alegre: UFRGS, 2000. + 01 CD-ROM.

- OSÓRIO, Helen. *O Império Português no Sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa*, São Paulo: Edunesp; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Nead, 2008. p. 43-62. v. 1.
- SCHANTZ, Ana Paula. *Libertos no Rio Grande de São Pedro*: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Ufba, Salvador, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Jonathan. *Os filhos do destino*: a exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837). São Leopoldo: PPGH/Unisinos, 2014.
- SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5., 2011, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Curitiba: UFPR, 2011.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WALSH, Lorena. Slavery in the North America mainland colonies. In: ELTIS, David; ENGERMAN, Stanley. (ed.). *The Cambridge Word History of Slavery*. New York: Cambridge University Press, 2011. p. 407-430. v. 3.
- WELLMAN, Barry; WETHERELL, Charles. Social network analysis of historical communities: some questions from the present for the past, in *The History of the Family*, v.1, n. 1, p. 97-121, 1996.

Notas

1. Sobre este assunto, ver Mattos (1995); Slenes (1999).
de batismo de Francisco, *Terceiro livro de Batismo de Viamão*, AHCMPA, f. 34.
2. Inventário *post-mortem* de Catarina Duarte, Porto Alegre, 1780, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Comarca de Santa Catarina, 2ª Vara Civil e Crime, cx. 004.0053, n. 9.
3. Róis de confessados de Porto Alegre dos anos de 1779, 1780, 1781, 1782, 1790, 1791, 1802 e 1803. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).
4. Conhecemos os lavradores graças à *Relação de moradores de 1784*, uma espécie de tomo dos produtores rurais da região. Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Gravataí de 1785*, os borradores de 1785 e 1797, Códice F-1198A; *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente*. ANRJ, Códice 104, v. 7.
5. Registro de batismo de Maria, *Primeiro livro de batismo de Porto Alegre*, AHCMPA, f. 200v; Registro de batismo de Inácio, *Primeiro livro de batismo de Porto Alegre*, AHCMPA, f. 212; Registro de batismo de Joaquina, *Primeiro livro de batismo de Porto Alegre*, AHCMPA, f. 239v.
6. Registro de batismo de Francisco, *Primeiro livro de batismo de Porto Alegre*, AHCMPA, f. 11; Registro de batismo de Fabiano, *Primeiro livro de batismo de Porto Alegre*, AHCMPA, f. 20; Registro